

Caminhos para o Ingresso na Pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil: Uma visão “inside-out”

Marcus Vinícius Dias-Souza¹

1 – Editor-Chefe do *Journal of Applied Pharmaceutical Sciences*

Nesta edição da JAPHAC, o Editorial tomará outra forma: nesta edição, será abordado o acesso à Pós-graduação no Brasil. O objetivo deste artigo é apresentar as vias de entrada em cursos de Mestrado no país, e por isso, foi preparado em língua portuguesa. Este guia é aplicável ao ingresso em instituições de ensino e ou pesquisa públicos ou privados, e para todas as áreas do conhecimento, considerando que todos os programas de Pós-graduação são submetidos ao mesmo órgão regulador, o Ministério da Educação, através da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Embora os programas de Pós-graduação tenham regras de funcionamento diferentes, previstas em regimentos internos, de modo geral, a organização funcional deve seguir regras estabelecidas pela CAPES. As informações contidas neste editorial devem ser analisadas e contextualizadas para cada instituição de ensino superior do Brasil, constituindo-se um norteamento ao candidato leitor da revista JAPHAC. Serão apresentados e discutidos outros tópicos como: em que consiste um curso de Mestrado, a que e a quem se destina, e que tipo de preparação é recomendável para o ingresso neste tipo de curso. O conteúdo deste artigo refere-se apenas aos candidatos, não abordando as instituições que os abrigam e nem os efeitos institucionais do Mestrado.

A missão dos cursos de Mestrado, a principal forma de ingresso na Pós-graduação

no Brasil, é formar um profissional de padrão elevado de competências, conhecimentos e capacidade de análise crítica, sendo capaz de atuar em pesquisas e no ensino de estudantes de Graduação e Especialização¹.

Os cursos de Mestrado normalmente duram dois anos e exigem que o estudante aprovado no processo seletivo curse disciplinas e acumule um determinado número de créditos, para que por fim, defenda a sua pesquisa na forma de dissertação. Este nível de formação não se alcança em cursos de Graduação ou de Especialização, embora em ambos, o candidato possa ter oportunidades de vivências em pesquisa, e assim, despertar o interesse e adquirir habilidades que favoreçam seu ingresso em cursos de Mestrado^{1,2}.

Em alguns casos, existe a possibilidade de o candidato ao ingresso em cursos de Pós-graduação *Strictu sensu* pleitear o acesso ao Doutorado sem ter feito curso de Mestrado. Esta modalidade é conhecida como Doutorado direto, e nem todas as instituições de ensino a oferecem. Formar um Pós-graduado com título de Doutor, passando ou não pelo curso de Mestrado, significa inserir no mercado de trabalho um profissional que, além de ter conhecimentos aprofundados, ampla capacidade de análise crítica em diferentes áreas do conhecimento e preparo para o ensino – inclusive de Mestrandos e Mestres – tem por objetivo o desenvolvimento das habilidades de conduzir pesquisa original e independente^{2,3}.

Os cursos de Doutorado duram em média quatro anos, e os cursos de Doutorado direto duram em geral cinco anos. No Brasil, o título de Doutor é necessário para pleitear muitas das verbas de pesquisa propostas pelos governos estaduais e pelo governo federal.

Atualmente, existem duas modalidades de Mestrado no Brasil: o acadêmico e o profissional. O Mestrado acadêmico tem as características descritas no início deste artigo, sendo voltado para gerar soluções para a humanidade dentro de diferentes questões tratadas nas linhas de pesquisa existentes nos programas de Pós-graduação¹. Em geral, os cursos acadêmicos oferecem bolsas de estudo de agências como CAPES, CNPq e as fundações estaduais de amparo às pesquisas (FAPS), como a FAPEMIG em Minas Gerais e a FAPESP em São Paulo. Muitas instituições estabelecem o resultado do processo seletivo como critério para a concessão de bolsas aos estudantes, especialmente quando o número de bolsas é inferior ao número de vagas. Em outras, onde há bolsas em igual número de vagas previstas em edital, a simples aprovação permite ao aluno a obtenção de bolsa. As agências de fomento exigem que o candidato aprovado não tenha vínculo empregatício para que receba a bolsa, atualmente do valor de R\$ 1.500,00.

A modalidade profissional também tem por objetivo viabilizar a formação de um profissional com conhecimentos aprofundados em uma determinada área do saber. Mas, diferente do Mestrado acadêmico, o conhecimento aprofundado visa atender primeiramente a interesses particulares de empresas e instituições, cujas atividades econômicas dependam de um nível mais profundo de investigação para prevenir ou solucionar problemas reais; além disso, o curso permite aperfeiçoar, sofisticar e inovar as atividades profissionais das empresas³. Um curso de Especialização, embora direcionado para necessidades de mercado, dificilmente poderá oferecer estas mesmas oportunidades ao estudante, tendo em vista que é conduzido de forma muito diferente de um Mestrado,

além de, em geral, não proporcionar o mesmo nível de aprofundamento nos conhecimentos da área de investigação.

Cursar o Mestrado profissional em instituições de ensino superior permite que os orientadores, profissionais com grande conhecimento teórico e prático no ramo de interesse, atuem com o estudante inserido no ambiente de trabalho, que pode auxiliar no delineamento da aplicação do conhecimento científico a uma necessidade profissional específica³. Por vezes, inserir esta visão às pesquisas acadêmicas permite que produtos criados na academia sejam aperfeiçoados e assim cheguem ao mercado – embora este não deva ser obrigatoriamente o fim de toda pesquisa acadêmica.

Dessa forma, através do ensino e da pesquisa direcionados ao mercado, o conhecimento científico adquire aplicações de curto prazo ou mesmo imediatas dentro de uma empresa. Algumas instituições oferecem convênios para que os cursos sejam ofertados dentro da empresa, o que é comum quando as atividades de pesquisa não podem, por motivos diversos, ser realizadas dentro da instituição que oferece o curso.

O processo seletivo de Mestrado acadêmico e profissional normalmente consiste em pelo menos três etapas: 1) exame de proficiência em outro idioma que não o português (normalmente inglês ou outros idiomas como espanhol, francês e alemão), 2) prova de conhecimentos específicos, e 3) análise de currículo com entrevista. Geralmente, todas estas etapas são eliminatórias e classificatórias em instituições públicas, variando muito entre as instituições privadas.

Como pontuado, muitas instituições usam o resultado do processo seletivo para a concessão de bolsas de estudo. O exame de proficiência em outro idioma normalmente consiste em prova escrita de interpretação de textos científicos (ou não) ou tradução. Normalmente, questões de gramática e provas orais não fazem parte destes exames, e nem sempre é permitido o uso de dicionários.

Portanto, é altamente recomendável que, caso o candidato não tenha conhecimentos de inglês o suficiente, que busque cursos de E.S.P. (*English for specific purposes*), conhecidos também como inglês instrumental. Alternativamente a estas provas, muitos processos seletivos de Mestrado e Doutorado aceitam a apresentação de certificados de reconhecimento internacional de proficiência na língua inglesa, como TOEFL, TOEIC, FCE e CPE. Alguns programas aceitam apenas estes certificados, e não oferecem provas escritas. Nestes casos, o candidato precisa procurar centros aplicadores destes testes com certa antecedência.

A prova de conhecimentos específicos previstos no edital em geral é de questões discursivas (abertas), mas alguns programas de Pós-graduação optam por provas completamente objetivas (questões fechadas). Em alguns cursos, o resultado da prova de conhecimento específico é somado à pontuação da fase de análise de currículo, de modo que um resultado pode, eventualmente, prejudicar outro, caso a diferença da pontuação seja grande.

Algumas instituições exigem, no ato da inscrição, não um formulário preenchido com menção do provável orientador, mas sim uma carta onde o possível orientador expresse um “pré-aceite” ao candidato, que se aprovado, poderá conduzir pesquisas sob sua orientação. Logo, neste caso, é necessário procurar o provável orientador para participar da seleção.

Contudo, esta é uma recomendação válida de modo geral. Como é possível que muitos outros candidatos tenham o desejo de conduzir pesquisa com um mesmo orientador, solicitar uma “reserva de vaga” é importante. Especialmente porque a CAPES e as instituições que abrigam os programas de Mestrado estabelecem um limite de estudantes por orientador.

Uma forma importante de fazer considerações às pesquisas desenvolvidas pelo futuro orientador é buscar seu currículo na Plataforma Lattes (lattes.cnpq.br), onde é possível visualizar publicações e a relação de

estudantes e trabalhos conduzidos sob sua orientação, além das orientações concluídas e os projetos de pesquisa em curso e concluídos.

Ao candidato, recomenda-se que visite a instituição e o local onde deseja desenvolver sua pesquisa, para conhecer a infra-estrutura e ouvir dos discentes a opinião sobre o provável orientador. Vivências diferentes apontam pareceres diferentes, porém, algumas características podem ser mais relatadas entre os estudantes orientados. Não necessariamente um alto índice produtivo (em termos de artigos científicos) é sugestivo de que o processo de orientação é feito com qualidade, ética e justiça. E não necessariamente um baixo índice de produção seja sugestivo do contrário.

A análise de currículo é uma etapa crítica, e os itens pontuados variam de cada edital. Por vezes, a análise é feita por uma banca avaliadora, na presença do candidato, que é então arguido sobre o que declarou ter realizado na sua trajetória acadêmica e profissional. Contudo, é possível que esta avaliação seja feita à revelia pela banca. Em geral, é comum que, no ato da inscrição, o candidato tenha que especificar em qual linha de investigação e/ou com qual docente gostaria de desenvolver seu Mestrado, e assim, caso aprovado, o orientador em potencial faz a avaliação do currículo para decidir se aceitará ou não orientar o candidato na sua pesquisa.

São itens normalmente observados em uma análise de currículo:

- Experiência profissional no ramo de pesquisa desejado: exemplos incluem os programas de Mestrado em Análises Clínicas (ou em Ciências Farmacêuticas, com esta linha de pesquisa), programas de Mestrado em Música, Mestrado cuja grande área consiste em uma ou mais especialidades médicas como dermatologia, neurologia, entre outros – nestes casos, é comum o programa de Pós-graduação ter como desejável que o aluno tenha vivências de

mercado comprováveis geralmente através de vínculo empregatício, pela necessidade de que certas habilidades profissionais já estejam amadurecidas para executar o perfil de investigação conduzido na linha de pesquisa.

- Experiência didática: o ensino, nestes casos, geralmente é pontuado se for referente ao ensino superior. Alguns editais levam em consideração o ensino em cursos técnicos de nível médio.
- Título de Especialista: algumas instituições contabilizam cursos de especialização na pontuação do currículo mesmo que não sejam especificamente na área do Mestrado pretendido. Entretanto, não é obrigatório que o candidato seja especialista para ser Mestre. Títulos concedidos por sociedades científicas baseados em uma única prova em geral não são aceitos neste quesito.
- Iniciação Científica: ter realizado iniciação científica voluntária ou com bolsa de estudos na graduação sugere que o candidato tem alguma experiência no assunto, por ter trabalhado sob supervisão de um docente. No caso do candidato não ter feito iniciação científica, alguns orientadores podem requerer que este atue junto a ele em pesquisas por um período de tempo, de modo que possa avaliar suas competências e decidir se o candidato tem maturidade e preparo suficiente para o Mestrado.
- Monitorias: voluntárias ou remuneradas, pontuam na análise de currículo por sugerir que o candidato possui conhecimento teórico suficiente para oferecer suporte a alunos de graduação, e que obteve bom rendimento na disciplina.

- Produção científica (publicações): embora não seja comum que um aluno de graduação tenha artigos publicados, estes são itens normalmente muito observados pelos orientadores. Um artigo publicado em revistas científicas indexadas em bases de dados nacionais ou internacionais sugere a habilidade do candidato de fazer parte de pesquisas. O artigo é por si só uma carta de recomendação e um atestado da competência técnica do candidato. Nisso, publicar o TCC da Graduação ou da Especialização na forma de artigo é um grande passo. Em caso de iniciação científica, os resultados obtidos também podem ser explorados nesse sentido. Outros tipos de publicações científicas como resumos apresentados em eventos e capítulos de livros também são aceitos. Cursos do ramo das artes consideram apresentações como recitais, exposições, e outros cursos pontuam o desenvolvimento de objetos como maquetes e portfólios.
- Histórico escolar da graduação: em alguns casos, a pontuação obtida nas disciplinas de graduação relacionadas à área de pesquisa é levada em consideração, por sugerir o conhecimento teórico do candidato na área de pesquisa pretendida.

Finalizando, como os editais são publicados muito próximos da data do processo seletivo, recomenda-se que o edital da seleção anterior seja buscado para consultar o conteúdo da prova específica e a literatura recomendada, bem como as linhas de pesquisa existentes e exigências documentais. O tempo de preparo (estudo do conteúdo) varia muito do ritmo de estudo e das habilidades e conhecimentos de cada candidato na área de pesquisa pretendida.

Referências

1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Mestrado e Doutorado: o que são? Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-e-doutorado-o-que-sao> Acesso em 30/11/2015
2. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Plano Nacional De Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf Acesso em 30/11/2015.
3. Ministério Da Educação. Portaria Normativa No - 7, DE 22 DE JUNHO DE 2009, Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_mestrado_profissional1.pdf Acesso em 30/11/2015.